



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Via Universitária, s/nº - Bairro Pitanguinha - CEP 43700-000 - Simões Filho - BA - www.portal.ifba.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2021 - UASG 158407

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de aquisição de lâmpadas e mangueiras de hidrantes para atender as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Campus SimõesFilho, obedecidas às determinações contidas no art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas demais normas complementares específicas e conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CÓDIGO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>Objeto: Lâmpada LED</p> <p>Descrição Detalhada: Lâmpada LED - Tensão Nominal: Bivolt (100-240V), POTENCIA: 30W - Tonalidade: 6.500K (luz branca), Fluxo Luminoso: Mínimo de 2.700 lm; Vida útil: 30.000 horas, Bocal/Base: E-27; Abertura Facho: 210º; Tipo: Ultraled , Índice de reprodução de Cor - Irc: 80%.</p> <p>Aplicação: Iluminação Pública</p> <p>Selo Procel de eficiência energética com classificação A.</p>	437688	Und	20	R\$ 40,51	R\$ 810,20

02	Objeto: Bocal Adaptador Descrição Detalhada: Bocal Adaptador de base E-40 para E-27, Material: Porcelana e Metal, sendo E40 em latão niquelado e E27 em alumínio. Aplicação: lâmpadas à vapor metálico, sódio, vapor mercúrio, led e fluorescente compacta.	350697	Und.	20	R\$ 9,34	R\$ 186,80
02	Objeto: Mangueira para Hidrante Descrição Detalhada: Mangueira de combate a incêndio tipo 2 de 1 ½" 15 m, conforme NBR 11861, com pressão de trabalho de 14 kgf/cm ³ , pressão de prova de 28 kgf/cm ³ , empatadas com uniões tipo engate rápido, em latão, conforme ABNT NBR 14349, diâmetro de 40 mm / 1 ½" para instalação em hidrante.	323293	Und	10	R\$ 465,40	R\$ 4.654,00
TOTAL GERAL						R\$ 5.651,00

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a aquisição dos materiais especificados neste Termo de Referência devido à necessidade de reposição de lâmpadas, que são utilizadas para iluminação das áreas externas do Instituto. Ademais, a compra das mangueiras de hidrante serão para substituir uma parte das mangueiras existentes no campus que estão danificadas.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O prazo de entrega dos produtos é de, no máximo, **20 (vinte) dias**, contados a partir da data do recebimento do pedido e/ou envio da Nota de Empenho, devendo a entrega ser realizada no endereço descrito no Item 1.2 deste Termo de Referência, em horário local, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, e aos sábados, das 08h às 12h, dias úteis.

3.1.1. O pagamento será efetuado, em parcela única, após a entrega dos produtos, sendo obrigatória à apresentação de Nota Fiscal eletrônica devidamente atestada por servidor(a) responsável pela fiscalização da entrega dos produtos.

3.2. A entrega dos produtos será recebida provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste processo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.3. Os produtos entregues poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta do fornecedor, devendo ser substituídos/corrigidos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4. Os produtos entregues serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, em conformidade com o Termo de Referência, o Edital e seus Anexos.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto deste Certame.

3.6. Os produtos fornecidos deverão estar em conformidade com **todas** as normas técnicas atuais de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho, além das normas legais e regulamentares vigentes.

3.6.1 O fornecedor deve observar e cumprir, no que lhe couber, quanto aos objetos desta aquisição, todas as normas técnicas e legais vigentes, conforme supracitado, especialmente, a ABNT NBR 11861, que estabelece as condições mínimas exigíveis para mangueiras de incêndio de diâmetros nominais de 40 mm e 65 mm e comprimento de 15 m, e a ABNT NBR 14349:1999, versão corrigida, que fixa os requisitos mínimos exigíveis e estabelece os métodos de ensaio para uniões tipo engate rápido de empatação interna, nos diâmetros nominais de 40 mm e 65 mm, utilizadas em mangueira de incêndio, e demais normas necessárias a aplicação destas, para as mangueiras dos hidrantes, bem como certificado(s) do INMETRO.

3.6.2 O Deve-se observar Norma ABNT-NBRIEC/PAS 62612:2013, que estabelece requisitos de desempenho para lâmpadas LED com dispositivo de controle incorporado para serviços de iluminação geral; a NBR 16205-1:2013, que especifica os requisitos de segurança e intercambialidade, juntamente com os métodos de ensaio e condições necessárias para demonstrar a conformidade de lâmpadas LED sem reator incorporado, destinados para iluminação em geral, com potência nominal de até 60 W e tensão nominal de até 120 V c.c. sem ondulação e demais normas correlatas necessárias à aplicação destas; a NR-33, no que se refere aos choques elétricos e demais normas técnicas e legais relativas à segurança, à saúde humana e ao meio ambiente, dentre outras, como selo do INMETRO, que garantam a qualidade do produto.

3.6.3 As lâmpadas devem também possuir selo Procel de eficiência energética com classificação A.

3.7. Os equipamentos e materiais de consumo deverão ser novos (assim considerados de primeiro uso) e entregues acompanhados de termo de garantia e manuais técnico-operacionais (se for o caso), e deverão estar em perfeito funcionamento;

3.8. Os equipamentos e materiais de consumo deverão ser devidamente embalados e protegidos contra danos de transporte e manuseio, e acompanhados das respectivas notas fiscais;

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

4.1.1. Elaborar o pedido de fornecimento conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

4.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

4.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Processo, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento de materiais objeto deste Termo de Referência, se o fornecedor entregou fora das especificações contidas no Termo de Referência;

4.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;

4.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Certame, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12º, 13º e 17º a 27º, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.3. Promover a remoção, substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias, defeitos ou que estiverem em desacordo com as especificações do Edital;

5.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 48 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.5. Reparar ou indenizar todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do IFBA - Campus Simões Filho;

5.1.6. Providenciar as suas custas todos os equipamentos, ferramentas e acessórios necessários para a perfeita entrega dos produtos;

5.1.7. Cumprir as normas de segurança vigentes, assim como a verificação das normas trabalhistas e previdenciárias.

6. CONTROLE DA EXECUÇÃO – FISCALIZAÇÃO

6.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. Os produtos adquiridos serão acompanhados e fiscalizados por servidor nomeado pela Autoridade Competente e, no que couber, por servidor responsável designado para esse fim, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do Certame, anotando, inclusive, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 67, da Lei 8.666/93.

6.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DA GARANTIA

9.1. A CONTRATADA deverá fornecer TERMO DE GARANTIA do produto adquirido, de acordo com o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, e que será contado a partir da data do recebimento definitivo;

9.2 A contratada deverá prestar manutenção e suporte durante todo o período de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante;

9.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá efetuar o atendimento dos chamados técnicos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. A empresa vencedora responsabilizar-se-á pela reposição, em caso de imperfeições de fabricação, mau manuseio ou transporte, no prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir da comunicação, sem prejuízo da garantia mínima exigida;

9.5. O prazo referido no subitem acima poderá ser alterado desde que devidamente justificado pela Contratada e aceito pela Contratante.

10. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1. Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos processos de contratação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Campus Simões Filho, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

10.1.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

11.1.1. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

11.1.2. Apresentar documentação falsa;

11.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.5. Não mantiver a proposta;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

11.4. Penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento;

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

11.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, no edital e conforme legislação vigente.

11.9. Fica ainda, o fornecedor, sujeito às sanções para o caso de inadimplemento previstas pela Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001, quais sejam:

11.9.1 Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

a. pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;

b. pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

- c. pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
- d. pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- e. pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- f. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- g. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- h. O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

12. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito através de crédito bancário na conta da empresa fornecedora, será efetuado em até 30 (trinta) dias, acompanhada da Nota Fiscal e após certificação do responsável pelo recebimento definitivo;

11.2. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da empresa que apresentou a proposta;

11.3. Caso a fornecedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuição das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

11.4. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Simões Filho, poderá deduzir do montante os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

13. DO FORO

13.1. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CARLOS SANTOS PEDREIRA, Assistente em Administração**, em 10/11/2021, às 19:59, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON LESSA DOS SANTOS, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 10/11/2021, às 20:03, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ESLY CESAR MARINHO DA SILVA, Diretor Geral do Campus Simões Filho**, em 11/11/2021, às 09:15, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
informando o código verificador **2063419** e o código CRC **2EB7D208**.
